

ANÁLISE Nº 90/2019/EC

Processo nº 53500.044911/2018-10

Interessado: Prestadoras de Serviços de Telecomunicações

CONSELHEIRO

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA

1. ASSUNTO

1.1. Proposta de submissão à consulta pública da revisão da regulamentação de uso das faixas de 1.427 a 1.518 MHz (Banda L) com o intuito de possibilitar o seu uso pelo Serviço Móvel Pessoal.

2. EMENTA

CONSULTA PÚBLICA. PROPOSTA DE REVISÃO DO REGULAMENTO SOBRE CONDIÇÕES DE USO DA FAIXA DE FREQUÊNCIAS DE 1.427 A 1.518 MHZ (BANDA L). SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO (SOR). SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO (SPR). ATENDIMENTO DE ITEM DA AGENDA REGULATÓRIA 2017/2018. REQUISITOS TÉCNICOS ESTABELECIDOS EM ATO DA SUPERINTENDÊNCIA. CONSULTA INTERNA REALIZADA. SUBMISSÃO DA CONSULTA PÚBLICA PELO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS.

2.1. Proposta de revisão da regulamentação de atribuição e destinação da faixa de frequências de 1.427 a 1.518 MHz, conhecida como Banda L, para otimizar sua utilização e permitir seu uso na prestação dos serviços de telefonia e banda larga móveis no Brasil.

2.2. Processo instaurado em atendimento ao item 55.2 da Agenda Regulatória 2017/2018, estando as demais etapas, como a consulta pública e aprovação final, previstas na Agenda Regulatória 2019/2020.

2.3. Proposta analisada pela Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel, que exarou Parecer opinando pela sua regularidade e necessidade de submissão à Consulta Pública.

2.4. Submissão da proposta à Consulta Pública pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

3. REFERÊNCIAS

3.1. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações (LGT);

3.2. Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#);

3.3. Portaria nº 491, de 10 de abril de 2017, que aprova a Agenda Regulatória para o biênio 2017-2018 (SEI nº 1357794);

3.4. Portaria nº 1, de 2 de janeiro de 2018, que altera a Agenda Regulatória para o biênio 2017-2018 (SEI nº 2274619);

3.5. Portaria nº 542, de 26 de março de 2019, que aprova a Agenda Regulatória para o biênio 2019-2020 (SEI nº 3964072);

3.6. Resolução nº 198, de 16 de dezembro de 1999, que aprova o Regulamento sobre canalização e condições de uso da faixa de 1,5 GHz;

3.7. Resolução nº 391, de 24 de janeiro de 2005, que aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 1.452 MHz a 1.472 MHz e Atribui a Faixa de Radiofrequências de 1.452 MHz a 1.492 MHz adicionalmente ao Serviço Móvel, no Brasil, em caráter primário;

3.8. Resolução nº 285, de 12 de dezembro de 2001, que atribui a faixa de radiofrequências de 1.427 MHz a 1.429 MHz ao serviço de operação espacial;

3.9. Resolução nº 685, de 9 de outubro de 2017, que aprova atribuição e destinação de faixas de radiofrequências, ao Serviço Limitado Privado (SLP), para aplicações de captação e transmissão de dados científicos relacionados à exploração da Terra por satélite, auxílio à meteorologia, meteorologia por satélite, operação espacial e pesquisa espacial.

4. RELATÓRIO

DOS FATOS

- 4.1. Trata-se de proposta de submissão à consulta pública da revisão da regulamentação de uso das faixas de 1.427 a 1.518 MHz (Banda L) com o intuito de possibilitar o seu uso pelo Serviço Móvel Pessoal, formulada pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR), em conjunto com a Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (SOR).
- 4.2. A iniciativa regulamentar foi inicialmente incluída no item 55 da Agenda Regulatória 2017/2018, com meta de elaboração do Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) até o final do 1º semestre de 2018.
- 4.3. Por meio da Portaria nº 1, de 02/01/2018, promoveu-se a revisão da Agenda Regulatória 2017/2018, com a readequação do projeto em análise para o item 55.2, cuja meta de elaboração de AIR foi prorrogada para o 2º semestre de 2018.
- 4.4. Entre os dias 7 a 13 de dezembro de 2018, foi realizada a consulta interna nº 820/2018 na qual foi submetida proposta de regulamento para coleta das eventuais críticas e contribuições dos servidores da Anatel. Não houve contribuições, conforme Relatório SEI nº 3613243.
- 4.5. Para o cumprimento do prazo estabelecido na Agenda Regulatória 2017/2018, foi instaurado, em 14/12/2018, o presente processo por meio do Termo de Abertura do Projeto (TAP) PRRE (SEI nº 3454593), no qual restou consignado como escopo do projeto *"a revisão da regulamentação para fins de otimização do uso da faixa de 1.427 MHz a 1.518 MHz, denominada como Banda L"*, com o objetivo de *"Assegurar o uso adequado do espectro de radiofrequências para a exploração de serviços de telecomunicações. Mais especificamente, objetiva-se avaliar as possibilidades de utilização da faixa de 1,5 GHz para prestação de serviços móveis (telefonia e banda larga) no Brasil, incluindo o 5G"*.
- 4.6. No mesmo dia foram elaborados o Informe nº 134/2018/SEI/PRRE/SPR e o Relatório de AIR, que concluiu pela necessidade de revisão do regulamento que disciplina as condições de uso da faixa de frequências de 1,5 GHz.
- 4.7. Em linha com a alternativa recomendada na conclusão do Relatório de AIR, foram elaboradas minutas de Resolução (3457049) e de Consulta Pública (3458173).
- 4.8. Finalizada a fase de análise de impacto regulatório e elaboradas as minutas dos documentos necessários para promoção da revisão da regulamentação, no dia 17/12/2018 os autos foram encaminhados à Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel (PFE).
- 4.9. Importante destacar que a Agenda Regulatória para o biênio 2019/2020, aprovada pela Portaria nº 542, de 26/03/2019, classificou a iniciativa regulamentar em tela como prioritária, ou seja, como de grande relevância e impacto setorial, bem como de direta repercussão em outros temas regulatórios, devendo se sobrepor aos projetos ordinários.
- 4.10. Por meio do Parecer nº 00231/2019/PFE-ANATEL/PGF/AGU, do dia 1º/04/2019, a PFE opinou pela regularidade formal do processo, pela necessidade de submissão da proposta à Consulta Pública e que não vislumbra óbice quanto ao mérito.
- 4.11. No dia 4/04/2019, a SPR encaminhou o processo a este Conselho Diretor por meio da Matéria nº 382/2019, com proposta de submissão da minuta de Resolução à Consulta Pública.
- 4.12. O sorteio do processo ocorreu no dia 8/04/2019 (Certidão SCD SEI nº 4010153), quando fui designado relator da matéria.
- 4.13. São os fatos.

DA ANÁLISE

- 4.14. Trata-se de proposta submissão à Consulta Pública de minuta de Resolução com o propósito de reavaliar a regulamentação das faixas de 1.427 a 1.518 MHz (Banda L), de modo a tornar seu uso mais eficiente por meio da atribuição da faixa ao serviço móvel e da sua destinação aos SMP, STFC, SCM e SLP (excetuando-se o SMA).
- 4.15. Antes de dar início à identificação do problema regulatório objeto de estudo, o relatório de AIR apresenta um cenário conhecido tanto por pesquisadores quanto organismos internacionais, no qual se prevê a manutenção do crescimento de maneira exponencial do tráfego de dados decorrente do uso de dispositivos móveis até o ano de 2030.
- 4.16. Dados consolidados recentemente demonstram o crescimento do tráfego de dados móveis na ordem de 71% no ano de 2017, quando comparado com o ano anterior, distribuído entre as principais regiões do mundo, da seguinte maneira:

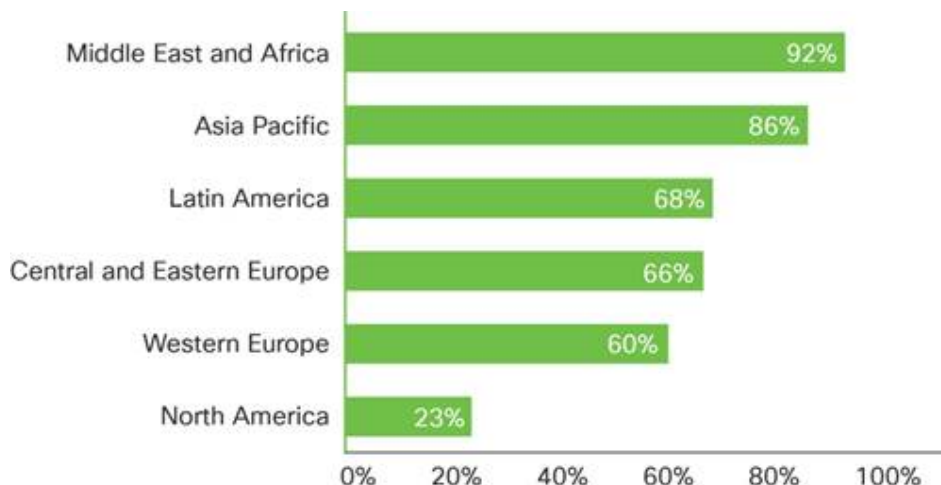


Figura 1: Crescimento do tráfego de dados móveis em 2017

Fonte: Cisco VNI Mobile, 2019

4.17. E a previsão para os próximos 5 anos é de que a taxa mensal de tráfego cursado seja multiplicado por 7 (aproximadamente), em comparação ao ano de 2017, devendo chegar aos 77 Exabytes/mês em 2022 (1 Exabyte EB=10¹⁸ B), conforme gráfico abaixo.

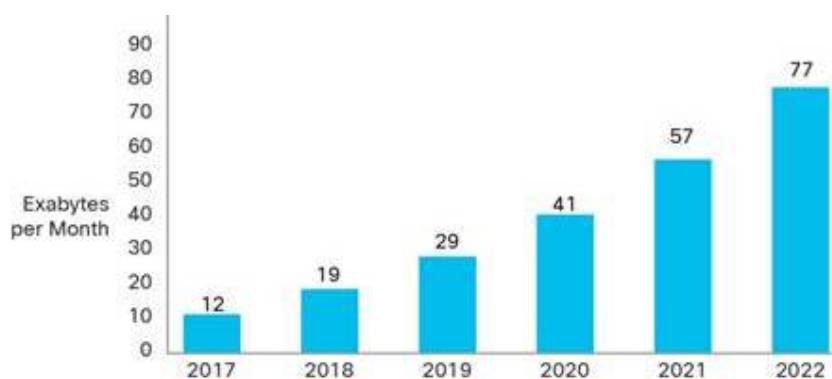


Figura 2: Previsão de tráfego mensal global

Fonte: Cisco VNI Mobile, 2019

4.18. O relatório de AIR segue com o seu diagnóstico inicial apontando estimativas de que, embora a maior parte da população global se concentre em áreas com cobertura do serviço móvel, apenas metade possui acesso à banda larga e, continua o relatório, a taxa de penetração desses serviços nos países menos desenvolvidos, não chega a 15%.

4.19. Essa realidade decorre de inúmeros fatores, dentre eles a falta de infraestrutura de TIC adequada e outras limitações, inclusive de ordem regulatória, dificultam a ampliação e massificação do acesso à banda larga.

4.20. Assim, diante do cenário atual, as áreas técnicas procederam o estudo de viabilidade em se permitir o uso da banda L pelo Serviço Móvel Pessoal.

Identificação do problema regulatório

4.21. O contexto do estudo elaborado focou inicialmente no plano de atribuição e destinação da faixa de 1,5 GHz no Brasil e concluiu:

Observando as atribuições hoje existentes, observa-se que, apesar de a **faixa estar inteiramente atribuída ao serviço móvel na Região 2 (Américas)**, no Brasil, nos intervalos de 1.429 MHz a 1.452 MHz e de 1.492 MHz a 1.518 MHz, há atribuição apenas para o serviço fixo. Em relação às destinações, tem-se que a única porção da faixa em que hoje há suporte regulamentar para a prestação do serviço móvel é o intervalo de 1.427 a 1.452 MHz (25 MHz, do total de 91 MHz disponível na faixa), **havendo porções da faixa em que sequer há destinação a qualquer serviço.**

4.22. Na sequência, foram levantadas as normas que disciplinam o uso dessa faixa, sendo identificadas:

- I - - Resolução nº 198, de 16 de dezembro de 1999, que aprova o Regulamento sobre canalização e condições de uso da faixa de 1,5 GHz (Sistemas digitais do serviço fixo);
- II - - Resolução nº 391, de 24 de janeiro de 2005, que aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 1.452 MHz a 1.472 MHz e Atribui a Faixa de Radiofrequências de 1.452 MHz a 1.492 MHz adicionalmente ao Serviço Móvel, no Brasil, em caráter primário;
- III - - Resolução nº 285, de 12 de dezembro de 2001, que atribui a faixa de radiofrequências de 1.427 MHz a 1.429 MHz ao serviço de operação espacial;

IV - - Resolução nº 685, de 9 de outubro de 2017, que aprova atribuição e destinação de faixas de radiofrequências, ao Serviço Limitado Privado (SLP), para aplicações de captação e transmissão de dados científicos relacionados à exploração da Terra por satélite, auxílio à meteorologia, meteorologia por satélite, operação espacial e pesquisa espacial (Destina ao Serviço Limitado Privado (SLP), para uso por sistemas de captação e transmissão de dados científicos relacionados à operação espacial, em caráter secundário, a faixa de 1.427 MHz a 1.429 MHz);

4.23. Feito esse levantamento inicial, foi identificado um descompasso entre os planos de atribuição da faixa em estudo da Região 2 (Região das Américas) e do Brasil.

4.24. Além disso, foi identificado que as faixas de 1.472 a 1.492 MHz e 1.492 a 1.518 MHz não poderiam ser utilizadas no Brasil por não estarem destinadas a qualquer serviço de telecomunicações, ou seja, uma faixa contínua de 46 MHz se encontra atualmente ociosa.

4.25. Considerando a situação atual da regulamentação da faixa de 1,5 GHz e considerando as previsões de crescimento exponencial da demanda por tráfego de dados, as áreas técnicas formularam o seguinte problema regulatório a ser solucionado:

As atribuições e destinações previstas para a faixa de 1,5 GHz encontram-se desalinhadas em relação à atribuição definida para a Região 2, comprometendo o seu uso efetivo e eficiente num cenário de crescente demanda por espectro.

4.26. Ainda, estabeleceu-se como objetivo assegurar o uso adequado do espectro, alinhado com as atribuições e destinações internacionais, de modo a ampliar as possibilidades de uso da faixa de 1,5 GHz para prestação dos serviços móveis de telefonia e banda larga, **sem prejuízo da exploração de outros serviços de telecomunicações, sendo minimizados os riscos de potenciais interferências prejudiciais em outros sistemas**, buscando a convivência harmônica entre eles.

4.27. No relatório de AIR, a área técnica avaliou alternativas que variam desde a "não ação", até a atribuição ao serviço móvel e destinação da faixa para o SMP e buscando a convivência harmônica dos serviços.

4.28. Para melhor avaliar os possíveis riscos de interferência, foi feito levantamento das estações atualmente licenciadas na Banda L, obtendo o seguinte resultado:

Descrição	Quantidade
<i>STFC/RADIOTELEFONICO – ESTACOES TERRESTRES</i>	5.210
<i>Limitado Privado</i>	1.214
<i>Radioenlaces Associados ao SMP</i>	1.053
<i>Radioenlaces associados ao SCM</i>	171
<i>ESPC. P/FINS CIENTIF.EXPERIMENTAIS</i>	69
<i>Radioenlaces Associados ao Serviço Móvel Privado</i>	28
Total	7.745

Tabela 1 - Lista de estações licenciadas na faixa de 1.429 a 1.518 MHz

4.29. Identificou-se que a maioria das estações são de radioenlaces e que poderiam vir a ser interferidas principalmente pelas estações do SMP que vierem a utilizar a mesma faixa de frequência.

4.30. Para mitigar os riscos de eventual interferência, quando for o caso, se propõe que seja previsto em edital de licitação da faixa que os custos de migração das estações de radioenlace para outra faixa sejam arcados pelos vencedores da licitação. Há, no entanto, uma ressalva de que nem sempre será necessária essa obrigação, uma vez que em algumas situações não haveria a ocorrência de interferências.

4.31. Por fim, para evitar a ocorrência de interferências sugere-se que a faixa de 1.452 a 1.472 MHz, atualmente destinada ao Serviço Móvel Aeronáutico, para aplicações de Telemetria, seja alterada para que passe a operar em caráter secundário.

Arranjos para uso da Banda L

4.32. A área técnica consolida as três principais alternativas de **arranjo para o uso da banda L pelo serviço móvel** em que já se observa consenso nos grupos de estudo no âmbito da União Internacional de Telecomunicações (UIT). São eles:

- **G1)** Utilização da faixa para suplementar o enlace de descida dos sistemas IMT;
- **G2)** Arranjo FDD (duplexação com divisão de frequência) com intervalo central de 5 MHz; e

- **G3)** Arranjo TDD (duplexação com divisão de tempo) em toda a faixa.

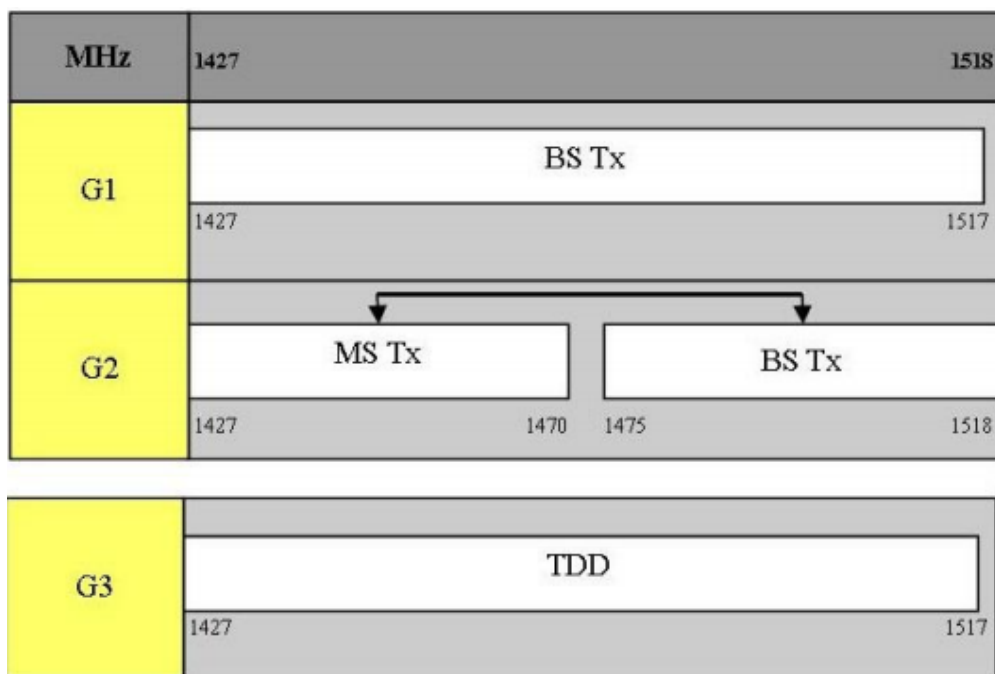


Figura 3: Arranjos de implementação de sistemas IMT na banda L

4.33. São trazidas as recentes experiências internacionais quanto aos arranjos que estão sendo implementados, como é o caso da Decisão do Comitê de Comunicações Eletrônicas (ECC) na Europa, em novembro de 2017, quando se decidiu pelo uso da banda L para complementação da capacidade do enlace de descida dos sistemas de banda larga móvel, devido ao crescente efeito da assimetria da demanda de tráfego entre os enlaces de subida e descida.

4.34. Estudos conduzidos pela UIT, no bojo do Relatório ITU-R M.2370-0, constataam o efeito da assimetria da demanda de tráfego e estimam que a contribuição do volume médio de tráfego de descida em sistemas móveis corresponde em torno de 80 a 90% do total de tráfego cursado, como consequência da demanda por conteúdo audiovisual.

4.35. Para o uso das frequências da Banda L no Brasil, foram propostos dois modelos de arranjo a depender da população da região:

Art. 2º Na faixa de radiofrequências de 1.427 MHz a 1.518 MHz utilizada é admitido o uso por sistemas digitais dos serviços móveis, excetuado o Móvel Aeronáutico, em aplicações ponto-área, na forma dos seguintes arranjos:

I – Em municípios, regiões integradas de desenvolvimento econômico ou regiões metropolitanas com população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes, como suplemento ao enlace de descida (*downlink*); e

II – Nos demais municípios, com duplexação por divisão de frequência.

4.36. É evidente a existência de desigualdades entre as diversas regiões do nosso país, sendo inclusive um dos princípios constitucionais que deve ser observado pela Anatel quando disciplina as relações econômicas do setor de telecomunicações, no sentido promover ações que visem reduzi-las.

4.37. Contudo, no relatório de AIR não foram trazidos elementos que justifiquem o estabelecimento da marca de 200.000 (duzentos mil) habitantes como "corte" para definição de qual dos dois arranjos deverá a ser implementado.

4.38. Não vislumbro, no momento, prejuízo no prosseguimento do processo de submissão da proposta à Consulta Pública, mas entendo que seja necessário que tais elementos sejam incorporados aos autos quando este for submetido novamente ao Conselho Diretor para deliberação final do colegiado.

4.39. O órgão regulador, antes de editar novas regras ou mesmo promover sua atualização, como é o presente caso, deve ter a preocupação de definir adequadamente o problema que precisa ser resolvido, os possíveis impactos das medidas propostas, bem como os objetivos que se pretende alcançar.

Das especificações técnicas

4.40. Somando-se a outros processos de regulamentação em andamento na Anatel, as áreas técnicas propõem que aspectos técnicos e operacionais sejam objeto de Ato do Superintendente responsável pela gestão do espectro de radiofrequências, sendo proposta, nesse caso, a seguinte redação para o art. 4º:

Art. 4º As potências das estações devem ser as mínimas necessárias à realização do serviço com boa qualidade e adequada confiabilidade.

§1º Os limites de potência de estações serão estabelecidos por meio de Requisitos Técnicos aprovados por Ato da Superintendência responsável pela administração do uso do espectro de radiofrequências.

§2º Os requisitos técnicos também estabelecerão os limites para emissões fora de faixa e de espúrios, bem como condições técnicas adicionais para operação das estações.

§3º O Ato referido no §1º será submetido ao procedimento de Consulta Pública antes de sua expedição.

4.41. Nesse ponto, resgato a recente Análise nº 73/2019/EC (3901734), que tratou da submissão à Consulta Pública sobre o processo de reavaliação de uso de faixas para radioenlaces, a qual foi aprovada na RCD nº 868, tendo culminado na expedição do Acórdão nº 167/2019. Em suma, a proposta é a de se separar a questão político regulatória, de competência exclusiva do Conselho Diretor, dos aspectos técnicos operacionais, que poderiam ser estabelecidos pelo Superintendente. Nesse sentido, transcrevo os seguintes trechos da referida análise:

O que se objetiva com essa medida é estabelecer: i) em Resolução os aspectos político-regulatórios, submetendo-os previamente ao trâmite devido, como consulta pública, manifestação da Procuradoria Federal Especializada junto à Anatel (PFE) e aprovação pelo Conselho Diretor; e ii) em Ato do Superintendente os aspectos técnicos, que não necessitam ser submetidos a todo o trâmite da Resolução, garantindo assim maior flexibilidade, por exemplo, às suas revisões.

Tal medida tem sido adotada pela Agência especialmente em instrumentos que tratem também de aspectos eminentemente técnicos, como se vê dos excertos abaixo:

Regulamento sobre Destinação e Condições de Uso de Radiofrequências para os Serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos – SARC, de Repetição de Televisão – RpTV, de Televisão em Circuito Fechado com Utilização de Radioenlace – CFTV, Serviço Limitado Móvel Aeronáutico – SLMA e Serviço Limitado Privado – SLP, aprovado pela Resolução nº 688, de 07/11/2017:

"Art. 8º Omissis.

(...)

§ 5º O limite de potência da Subfaixa X para uso por estações do SCM será definido em Ato específico da Anatel."

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço Radioamador, aprovado pela Resolução nº 697, de 28/08/2018:

"Art. 7º As estações do Serviço de Radioamador deverão observar as características básicas de emissão, as limitações específicas de potência, os planos de faixas com aplicações e demais especificações técnicas complementares estabelecidas por Atos da Superintendência responsável pela administração do uso do espectro de radiofrequências.

Parágrafo único. Os Atos referidos no **caput** serão submetidos ao procedimento de Consulta Pública antes de sua expedição."

Regulamento Geral de Numeração, aprovado pela Resolução Nº 709, de 27/03/2019:

"Art. 42. A Superintendência competente pela administração dos Recursos de Numeração expedirá os procedimentos operacionais necessários ao fiel cumprimento das disposições deste Regulamento, mediante a edição de ato contendo, dentre outros:"

Dessa forma, além de garantir flexibilidade à definição dos parâmetros técnicos, que podem vir a ser revistos, por exemplo, para comportar novas soluções que surjam no setor, bem como mitigar prejuízos não previstos, tais como interferências, a proposta se mostra consoante às práticas adotadas em outras Resoluções, motivo pelo qual alinho-me à proposta da área técnica.

4.42. Seguindo o mesmo entendimento já exposto em matérias semelhantes, alinho-me à presente proposta.

Do Parecer da PFE e considerações finais

4.43. Como já apresentado nessa análise, a PFE emitiu seu PARECER nº 231/2019/PFE-ANATEL/PGF/AGU, que concluiu:

- a) Pela competência da Anatel para regulamentação da matéria;
- b) Pela necessidade de submissão da proposta à Consulta Pública;
- c) Pela regularidade formal do processo, uma vez que foram realizadas a Consulta Interna e elaborado relatório de AIR;
- d) Pela fundamentação da proposta, uma vez que restou consignado no relatório de AIR que o escopo do projeto visa assegurar o uso adequado do espectro de radiofrequências para exploração de serviços de telecomunicações;
- e) Pela regularidade de estabelecer requisitos técnicos em Ato do Superintendente, "desde que tal Ato envolva requisitos eminentemente técnicos, ou seja, não envolva aspectos que demandem decisão político regulatória por parte da Agência";

f) Pela inexistência de óbice ao se prever condicionamentos específicos para determinadas localidades quando da elaboração de edital de licitação da faixa;

4.44. Assim, opinou que a proposta fosse encaminhada ao Conselho Diretor para que seja submetida à Consulta Pública.

4.45. Entendo que para garantir o atendimento da demanda crescente, há que se construir hoje os meios adequados para que isso ocorra de forma ordenada e segura, sendo uma das soluções que permitirão que isso aconteça passa justamente pelo aumento do espectro atribuído ao serviço, bem como adotar medidas que estimulem seu uso mais eficiente.

4.46. Nesses termos, e considerando o exame do mérito posto nesta Análise, bem como o Parecer exarado pela Procuradoria, entendo superada a necessidade de outras discussões, estando a matéria pronta para a submissão à avaliação da sociedade.

4.47. Insta destacar que a proposição apresentada pela área técnica não indicou sugestão de prazo para a consulta pública, cabendo aqui, então, defini-la.

4.48. Ademais, cabe observar que, conforme consta da Agenda Regulatória aprovada para o biênio 2019-2020 (SEI nº 3964072), a iniciativa aqui tratada tem prazo **para submissão à consulta pública até 30/06/2019, e para aprovação final até 30/06/2020**. Nota-se, portanto, que não há risco de comprometimento dos prazos postos, mostrando-se possível, assim, a realização de consulta pública por prazo superior ao usual.

4.49. Desta forma, proponho a submissão da matéria ao procedimento de consulta pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos da minuta de Consulta Pública SEI nº 3458173 e da minuta de Resolução SEI nº 3457049, com os ajustes apontados na presente Análise.

5. CONCLUSÃO

5.1. Ante o exposto, pelas razões e justificativas constantes da presente Análise, proponho:

a) a submissão à Consulta Pública, por 60 (sessenta) dias, da proposta de Resolução sobre as condições de uso da faixa de radiofrequências de 1,5 GHz, nos termos da Consulta Pública SEI nº 3458173 e da minuta de Resolução SEI nº 3457049; e

b) determinar à SPR que, em conjunto com a SOR, adote as providências no sentido de juntar aos autos elementos que justifiquem o estabelecimento no art. 2º, incisos I e II, da marca de 200.000 (duzentos mil) habitantes como "corte" para definição do arranjo que deverá ser implementado em aplicações ponto-área dos serviços móveis, antes que o processo seja novamente submetido à deliberação do Conselho Diretor.

É como considero.



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel Campelo de Souza Pereira, Conselheiro Relator**, em 25/04/2019, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4015767** e o código CRC **98A88E96**.